



SINDICATO DOS TRABALHADORES  
DO MUNICÍPIO DE OEIRAS  
E DE ENTIDADES PÚBLICAS E SOCIAIS  
DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Oeiras

Largo Marquês de Pombal

**2784-501 OEIRAS**

N/referência

60/2021

V/comunicação

E-mail de 29-03-2021

V/referência

Data

31-03-2021

Assunto: Suplemento de Penosidade e Insalubridade

Da leitura dos documentos que nos foram remetidos sobre a proposta de atribuição do **Suplemento de Penosidade e Insalubridade**, que doravante designaremos de forma abreviada por **SPI**, cumpre-nos referir o seguinte:

**1.º**

**Não existindo uma definição legal do que se entende por “Higiene Urbana”**, havendo quem a defina por **Limpeza Urbana** e/ou **Limpeza Pública**, nem tendo as mesmas sido clarificadas no artigo 24.º da Lei do Orçamento do Estado (LOE) para 2021, salvo melhor opinião, o Município de Oeiras não abarcou todas as áreas funcionais que podem ser integradas naqueles conceitos / definições.

**2.º**

A intervenção em “áreas verdes”, **não pode ser separada do conceito de Higiene Urbana.**

**3.º**

Quem utiliza uma máquina cortadora de relva, uma roçadora, uma máquina de corta-sebes e arbustos, uma aparadora e foice a motor, uma motosserra de poda e podadoras em altura, exerce ou não uma atividade penosa?

**4.º**

A utilização pelos trabalhadores da área funcional de jardinagem de sopradores de mão, de sopradores de mochila, de aspiradores-sopradores, é ou não uma tarefa sobre a qual impende um determinado grau de penosidade?

**5.º**

A limpeza de espaços verdes é ou não uma tarefa de Higiene Urbana, de Limpeza Pública e Limpeza Urbana?

**6.º**

A limpeza de espaços verdes pode ou não potenciar o contacto com microrganismos patogénicos, mordedura, arranhões, bicadas e picadas, expondo o trabalhador a riscos biológicos?

**7.º**

Tal como sucede com trabalhadores da **DLU, DGRU, DGA, DVM, UPAG, DCAD** (carregadores), as tarefas operacionais envolvendo posturas repetitivas e/ou estáticas, movimentação de cargas, podem ou não potenciar riscos ergonómicos e lesões músculo-esqueléticas para o trabalhador?

**8.º**

Os trabalhadores da DGEV da área funcional de jardinagem, a exemplo de outros colegas sinalizados, com tarefas envolvendo grau de penosidade e insalubridade, estão ou não sujeitos a riscos comuns – biológicos, físicos, químicos, mecânicos, elétricos e ergonómicos?

**9.º**

O produto resultante do corte de espaço verde, da poda de um arbusto ou de uma árvore é ou não um “**resíduo**”, tal como definido pelo artigo 24.º, n.º 1 da LOE/2021 e no

Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, artigo 6.º, alínea c)?

**10.º**

**Também não estão abrangidos os trabalhadores do “Grupo do Vinho de Carcavelos”,** originários da extinta DEV, atual DGEV, os quais manipulam fitossanitários e conduzem tratores agrícolas na vinha.

**11.º**

Assim o caracteriza o regulamento municipal:

*«Resíduo verde»: resíduo proveniente da limpeza e manutenção de jardins, espaços verdes públicos ou zonas de cultivo e das habitações, nomeadamente aparas, troncos, ramos, corte e relva e ervas;*

**12.º**

A nossa resposta para as questões colocadas só pode ser uma: **SIM!**

**13.º**

**Os trabalhadores da DGEV e do “Grupo do Vinho de Carcavelos”** que executam tarefas que envolvem penosidade e insalubridade não podem deixar de ser abrangidos pelo suplemento remuneratório previsto no artigo 24.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de Dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2021.

**CONCLUSÃO**

**A exclusão de trabalhadores da Divisão de Gestão da Estrutura Verde (DGEV) e do “Grupo do Vinho de Carcavelos” é discriminatória**, pois nem sequer respeita o artigo 6.º, alínea c) do **Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras**, mais abrangente que o disposto no artigo 24.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de Dezembro, que não define legal e claramente o que é “**Higiene Urbana**”.

Entendemos que os documentos de suporte que nos foram remetidos podem e devem ser melhorados, designadamente:

- a) Retificando as inconformidades entre categorias e áreas funcionais;
- b) Uniformizando os valores dos suplementos para trabalhadores que executam as mesmas tarefas ou que estão identificados na mesma área funcional;
- c) No valor dos suplementos propostos para a categoria de Encarregado Operacional e de Encarregado Geral Operacional, os quais, de forma genérica serão, quando muito, de penosidade e insalubridade de "nível baixo".

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Direção

  
Ricardo Miguel Alpanse